



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA

GABINETE DO REITOR

COMUNICADO Nº03/GR/2015

NOTA DE ESCLARECIMENTO À OPINIÃO PÚBLICA

A Universidade Católica de Angola - UCAN, propriedade da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé – CEAST, é uma Instituição Privada de Ensino Superior em Angola, criada pelo Decreto Ministerial, nº38-A/92 de 07 de Agosto de 1992.

No exercício das suas funções, a UCAN sempre primou, como é aliás praxis de qualquer Universidade Católica que se preze, pelo rigor, honestidade, respeito e cumprimento escrupuloso da lei, bem como pela preservação da dignidade dos indivíduos e das instituições e pela justiça social.

É, precisamente, no respeito destes pressupostos legais, éticos e de uma cidadania responsável que a UCAN, tendo tomado conhecimento da matéria publicada no Jornal de Angola, no dia 29 de Julho de 2015, onde vem exibida, em ponto grande e no centro da primeira página do referido Jornal, a gravura do Edifício da Universidade Católica de Angola com o seguinte intitulado: “*Há universidades com cursos ilegais*”, dentre os quais figuram os cursos de Contabilidade e Administração (da Faculdade de Economia e Gestão); Psicologia Clínica e Psicologia do Trabalho e das Organizações, bem como os cursos de Línguas e Literatura; Teologia; Administração e Tradução (da Faculdade de Ciências Humanas) e Telecomunicações da Faculdade de Engenharia, todos desta Universidade (cfr. p. 3).

Com base no acima exposto, a UCAN exige o direito de reabilitação da sua imagem agastada por este órgão de comunicação de dimensão nacional, o resgate do seu bom nome e reputação, fundamentando a sua exigência nos seguintes argumentos de razão:

3. No dia 05 de Maio de 2009, o Jornal de Angola publicara, na página nº 20, uma matéria intitulada de: “Instituições privadas legalizadas, criadas e autorizadas a prestar serviços do Ensino Superior em Angola”, dando precisamente conta de que todos os cursos acima referenciados tinham sido legalizados pelo *Decreto Executivo nº 46/04 de 20 de Abril de 2004, publicado no Diário da República nº32, 1ª Série*.

O Quadro dos acontecimentos acima apresentado torna premente o seguinte questionamento: será que o Decreto Executivo nº 46/04 de 20 de Abril foi revogado, sem o



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA

GABINETE DO REITOR

conhecimento da UCAN? Se assim for, a UCAN agradece que o Jornal de Angola publique a aludida nota de revogação do referido Decreto.

4. A matéria recentemente publicada pelo Jornal de Angola, com o propósito de atingir e beliscar a imagem da UCAN, data de 29 de Julho de 2015, ignorando a informação oficialmente publicada no Diário da República, 1ª Série, nº 110 de 27 de Julho de 2015, cujo teor é precisamente a confirmação da legalidade dos mesmos cursos supramencionados.

Diante do sucedido, a UCAN, respeitando a liberdade de expressão e de pensamento do articulista desta matéria, recusa-se, no entanto, a assumir a tamanha incúria manifestada pelo Jornal de Angola na divulgação destas informações contraditórias e desatualizadas.

Por esta razão, exige ao Jornal de Angola o direito de reabilitação da sua reputação, através de uma contra informação nos mesmos moldes para preservar a verdade e a justiça. A recusa deste direito pode levar a UCAN a recorrer às instâncias judiciais competentes para a reparação deste dano a si causado por este órgão de comunicação.

Outrossim, informa a toda a comunidade académica nacional e a todos quantos acreditam na idoneidade desta Universidade de que os cursos aqui visados foram “relegalizados” em virtude dos ajustes que sofreram, em cumprimento de uma orientação superiormente emanada pelo Ministério de Tutela. Pois, nunca foi pretensão da UCAN funcionar na ilegalidade.

GABINETE DO MAGNÍFICO REITOR DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA – Luanda, aos 31 de Julho de 2015

O Magnífico Reitor

Pe. Doutor, José Vicente Cacuchi

